

PARA QUEM É A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO SOBRE A VISÃO DO JOVEM BRASILEIRO NO CENÁRIO DE MUDANÇAS EDUCACIONAIS

Janderson Alves Sauma¹

Resumo

Diante do atual cenário de reformas instituídas pelo governo, a educação não esteve fora desse círculo de mudanças, quando em 2016 o governo lançou a público a então Medida Provisória 746, referente a mudança curricular do ensino médio brasileiro. Com a proposta de ser uma reforma que elenca desejos de alunos e professores, a medida aprovada no ano de 2017 teve diversas críticas e protestos, não por menos, haja a vista que, dos motivos elencado pelo então ministro da educação Mendonça Filho, não partiam das mesmas reivindicações que a classe dos jovens e professores exigiam. O que se pretende aqui é demonstrar por vias de análises conjunturais de censo aplicado com alunos do ensino médio, além de notícias que ocorreram durante a criação da medida junto com o período de protestos a demonstração simples e plausível de que a atual reforma não procurou um diálogo com aqueles que estão no âmbito escolar. Essas bibliografias comprovam que o adolescente ingressante no ensino médio ainda não é levado a sério, sendo silenciados perante as diversas ocupações escolares no ano de 2016. A imposição da reforma do ensino médio apenas reforça que precisamos aprender a ouvir a juventude brasileira.

Palavras-chave: Educação; Juventude; Ensino Médio; Reforma Educacional;

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (jandersonsaumaa@yahoo.com.br).

Introdução: Quem é o jovem brasileiro?

A categoria jovem em nosso país faz uma ligação direta com o ambiente escolar, visto que, a maioria dos nossos adolescentes atualmente devem e estão dentro da sala de aula. Atualmente são 8,1 milhões de matrículas no ensino médio de acordo com um censo produzido em 2016 (INEP, 2017). Todavia, esses mesmos jovens, estão em uma escola que não atende as necessidades dos mesmos, mas sim uma necessidade que os adultos alimentam, uma espécie de próprio ego, onde se acham no patamar de serem os únicos que podem e devem estabelecer o que o jovem deve aprender, e isso acontece pois ainda temos a visão de um jovem irresponsável, aquele cujo, ainda não pode pensar no seu futuro sozinho. Segundo Dayrell e Carrano (2014) o jovem é uma classe que virá à ser adulto, isto é, uma fase de transição entre infância e o período adulto, por esse motivo, tende-se a ver essa classe como irresponsável, fontes de problemas, e por isso, ainda sofrem preconceitos midiáticos. O jovem ainda precisa de um adulto como regulador de suas ações, e para isso a escola vem com um papel fundamental para essa regulação do irresponsável.

A escola, portanto, com esse papel primordial, estabelece o ensino médio como a fase final dessa transição para o pubescente. A reforma da educação ocorre nessa etapa da escola não por acaso, pois é nessa fase onde o jovem escolhe entre o ser para o trabalho ou o ser para a vida acadêmica – excluindo o ser para o ócio antes de escolher uma das duas fases -, com isso, cria-se uma expectativa sobre o jovem para qual escolha ele pretende opinar “para o resto de sua vida”.

A escola, em conjunto com o atual momento de reformas institucionais, cria uma esquizofrenia em sua relação com o jovem, criando o mito de ouvir o aluno e ao mesmo tempo instituindo modificações sem a mesma acatar aos questionamentos do qual o jovem tem a dizer. Durante o período de regência da Medida Provisória 746 – que institui uma mudança nos parâmetros curriculares do ensino médio, acabando com as disciplinas e criando eixos temáticos -, acompanhou-se debates entre especialistas, pesquisas e censos auferidos com os jovens e principalmente ocupações das escolas estaduais pelos alunos secundaristas, onde, em brados gritos, exigiam serem escutados – fato esse no qual não ocorreu como se pretende demonstrar – contra a forma como as reformas foram instituídas, demonstrando mais uma vez que os jovens no Brasil não estão sendo levados a sério (Cruz, 2016).

Diante de todos esses artifícios de pesquisa documental, o artigo em questão

propõe demonstrar as ambiguidades nas justificativas do ministro da justiça Mendonça Filho com os aspectos de mudanças respondidos pelos jovens como demonstra a pesquisa do Todos Pela Educação de 2016, além das notícias encontradas durante o período de 2016 a 2017 como uma maneira de confirmar a afirmativa de Dayrell, Carrano, Cruz e Valle. Precisamos ouvir nossos jovens, ou cairemos na falácia “do jovem irresponsável”.

Dados adquiridos pela Pesquisa do Todos Pela Educação:

Quando se observa a pesquisa feita pelo instituto Todos Pela Educação (Cruz, 2017b) percebe-se a não existência desse jovem irresponsável nos resultados. Constatamos através da pesquisa, um jovem que compreende seu desejo de melhoria na escola, assim como também, entendem o fato de estarem sendo desprezados na dita principal fase da vida.

A pesquisa traz jovens de 15 a 19 anos, estudantes do ensino médio público e privado como também aqueles que não estão estudando (durante o período da pesquisa), traçando assim algumas diretrizes dessa fase da vida sobre o ensino médio e o como eles pensam sobre esse período escolar. Desde o começo dos resultados vemos jovens com uma responsabilidade imensa sobre si mesmo. Em um gráfico demonstrando os atributos mais relevantes na escola pública, mais de 85% responderam segurança, ou seja, os mesmos jovens considerados inconsequentes pela mídia e pelos adultos, pensam na segurança como o principal atributo a ser modificado na escola (Cruz, 2017b).

O segundo atributo com maior ocorrência foi a atenção às pessoas com deficiência (Cruz, 2017b). Temos jovens pensando em acessibilidade enquanto os ditos adultos sensatos tendem a construir as suas calçadas de forma irregulares ou com degraus onde uma pessoa cadeirante ou cega não conseguiria se localizar ou passar pela mesma.

Já o terceiro atributo mais relevante para os jovens é a presença de professores nas escolas, seguido em quarto com o atributo boa estrutura (Cruz, 2017b). Pensar em reforma seguindo essas premissas exige uma reforma estrutural das escolas, criando um ambiente seguro e acessível para todas as classes, além de uma estrutura digna para os estudantes, como também uma forma de manter os professores nas escolas, concedendo além de materiais didáticos, mais oportunidades de formação continuada, melhorando assim a formação do mesmo, como a formação dos seus alunos.

Outros fatores que podem ser analisados com os resultados da pesquisa é o comprometimento dos alunos, ação em casos de bullying, ensino de qualidade da língua inglesa e aulas de informática (Cruz, 2017b). Esses aspectos relevantes demonstram a afirmativa de uma reforma estrutural antes da reforma institucional, isto é, pensar um ambiente escolar antes de reformar o conteúdo das matérias e criar um ensino integral onde as escolas não estão preparadas para o mesmo, criando assim mais problemas ao invés de soluções.

Ainda segundo os dados da pesquisa, alunos de escolas particulares entendem como mais importante a formação profissional e técnica, fato este do qual se diferem da escola pública, já que os alunos de escola pública somam 77,2% enquanto na escola particular o número chega a 81,8% (Cruz, 2017b). Possivelmente esse número deve ser relativo a alunos que estudam em uma escola tida como de qualidade excelente para assim terem mais chances de passarem nos vestibulares dos institutos técnicos, tidos como vestibulares difíceis no ideário popular. O fator formação profissional também chama a atenção, pois alunos das escolas particulares provavelmente compreendem mais o fator professor com uma boa formação pode gerar um melhor profissional.

Todavia, chama a atenção dois números comparativos entre as escolas particulares e a as públicas, funcionários bem-educados, sendo 80,8% de relevância nas escolas públicas e 70,7% nas particulares e envolvimento da comunidade, sendo 69,8% para as escolas públicas e 56,3% para as escolas particulares (Cruz, 2017b). Dados esses demonstram a necessidade primária da reforma estrutural já tanto assinalada nesse artigo. Reclamações com funcionários e afastamento da comunidade ao redor da escola podem ser fatores determinantes na formação do aluno, já que um ambiente onde a comunidade adentre os muros escolares e funcionários com melhores formações também podem inferir uma melhora significativa no ensino.

Quando vemos os atributos menos satisfatórios nas escolas públicas percebe-se novamente a segurança, porém desta vez ela aparece em segundo lugar com 29,6% (Cruz, 2017b), o que já seria esperado, haja a vista que era o atributo mais relevante para uma boa escola, o qual apenas culmina com a falta da mesma no ambiente escolar. Contudo, a segurança perde em disparado com a insatisfação com as aulas de informática, este teve 54,6% das reclamações dos jovens nas escolas públicas e 45,5% dos jovens das escolas particulares (Cruz, 2017b). Com esses dados percebe-se um fato interessante, nosso mundo está se tornando tecnológico e o usar computador hoje não é mais uma necessidade, mas sim uma

obrigação.

Alguns dados possibilitam adquirir uma visão de melhor estrutura em escolas particulares, atributos como professores sempre presente, atenção às pessoas com deficiência ou números de alunos nas turmas tem valores irrisórios se comparados a escola pública. Isso não é uma propaganda as escolas particulares, mas possivelmente por acolher menos alunos e terem uma sistematização dos profissionais envolvidos no projeto, as escolas particulares possibilitam uma melhor estrutura para os atores sociais da escola.

Além disso, chama-se a atenção ao analisar os atributos de insatisfação dos alunos quanto ao incentivo à liberdade de expressão (23,3% nas escolas públicas e 23,1% nas escolas particulares) e ser ouvido pela direção (22,8% nas escolas públicas e 19,9% nas escolas particulares) (Cruz, 2017b). Ambos são dados preocupantes, pois apenas acrescentam a afirmativa do trabalho. Encontrar em uma pesquisa essas duas reclamações vindas dos jovens nas escolas nada mais é o que Bourdieu (1966) já explicitava sobre o ambiente escolar, a escola emite as desigualdades e o reflexo social do meio em que ela existe.

Analisando outros dados obtidos pela pesquisa encontramos as principais motivações para se cursar o ensino médio. De um total de 1.368 observações, 69,4% afirmam que a principal motivação é se preparar para entrar numa faculdade/fazer o vestibular. 16,6% se motivam em obter formação básica para adquirir um emprego (Cruz, 2017b). Esses dados ainda são acrescentados quando a pesquisa faz um corte apenas naqueles que ainda estão cursando o ensino médio, onde aparecem dados de 70,2% dos alunos de escola pública veem a motivação para cursar o ensino médio como uma forma para se prepararem para o vestibular, nas escolas particulares esse número sobe para 86,8% dos alunos (Cruz, 2017b). Obter formação profissional aparece em segundo, porém com números não informados para a escola particular e 16,5% para escola pública (Cruz, 2017b). Mesmo tendo uma grande relevância na escola pública para a área de emprego ainda assim a motivação maior é adentrar uma universidade ou faculdade.

Esses números se tornam importante, pois no decorrer desse trabalho irão ser dados corroborativos com as ambiguidades do Ministério da Educação quanto a motivação do aluno no ensino médio.

Passando agora para análises de dados sobre a importância da formação técnica no ensino médio, onde encontram-se dados como 62,1% dos jovens acreditam ser muito importante esse tipo de formação (Cruz, 2017b). Todavia

a mesma pesquisa demonstrou que metade dos alunos do ensino regular e do EJA (Educação de Jovens e Adultos) desconhecem alguma modalidade de ensino técnico. Muitos jovens das escolas públicas também apresentaram dúvidas sobre quais são os cursos oferecidos ou mesmo valores para se fazer um curso técnico. Quando se passa para as desmotivações para se cursar um ensino técnico aparece em primeiro com 42,2% o fator processo seletivo muito concorrido e em segundo com 39,6% o fator inacessibilidade pois fica longe de onde o aluno reside (Cruz, 2017b).

Existe sim uma vontade de se estudar as disciplinas do ensino técnico, como nos dados adquiridos quanto a pergunta sobre se o aluno tivesse a escolha de 5 horas da carga horária para a área técnica 76,5% fariam as matérias do curso técnico (Cruz, 2017b). Esses dados demonstram que pode sim ser viável criar aulas de cursos técnicos nas escolas, entretanto deve-se perguntar como serão essas aulas e se irá abranger várias áreas.

Essa grande quantidade de dados demonstram uma responsabilidade dos adolescentes brasileiros quanto ao seu ensino, esses mesmos jovens entendem sim o que desejam para o seu futuro, diferente da visão adulta a qual percebe o jovem como o “vir a ser” já explicitado no artigo. O grande problema aparece quando todos esses dados relatados e uma provável ouvidoria do senado e da câmara não atendem aos clamores dos mesmos jovens que responderam essa pesquisa e daqueles que ocuparam escolas como uma forma de demonstrar sua indignação pela forma autoritária como a reforma foi imposta, tendo diversas críticas pertinentes a mesma e do qual simplesmente só alavancou o fator não levar os jovens a sério.

Protestos, ocupações e reações dos jovens perante a Reforma:

Durante as ocupações de 2016 tiveram vários casos noticiados, dos quais este artigo almeja utilizar como dados documentais provando a visão, mesmo inconsciente, do jovem não aceitando a imposição do adulto, pois essa classe entende o melhor para si, provando que não são uma juventude irresponsável.

O caso mais emblemático do qual se tem detalhes do período de notícias analisadas com certeza foi o discurso auferido pela então secundarista Ana Júlia na Assembleia Legislativa do Paraná. Com um discurso emotivo e cheio de pontos demonstrativos do não debate entre os criadores da Medida Provisória e os alunos e professores, Ana Júlia esclareceu a responsabilidade da juventude

e fez um apelo para serem ouvidos. Assim como explicita a reportagem do El País sobre o discurso da aluna Ana Júlia

“A quem a escola pertence? ”, questionou ela logo de cara, lembrando que o ‘rolo compressor’ das reformas vai chegar a seus filhos e netos. “A reforma na educação é prioritária, mas precisa ser debatida, conversada”, defendeu ela na tribuna. (ROSSI, 2016)

Outra notícia analisada para o trabalho, escrita para o jornal eletrônico Brasil de Fato, demonstrava outros estudantes indignados com o não diálogo entre as esferas. A matéria escrita pela Cristiane Sampaio traz declarações de educadores que já trabalhavam com a reforma do ensino médio, como Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Ele esclareceu no jornal

O MEC [Ministério da Educação] não teve a capacidade de avaliar o que vinha sendo feito e aprimorar as políticas. Em vez disso, vem desconstruindo tudo quando decide colocar, sem ouvir a comunidade educacional, propostas que apenas interessam ao mundo empresarial, sem se importar com as questões pedagógicas. Quem quiser reformar o ensino médio deveria começar ouvindo os estudantes que ocupam as escolas. (SAMPAIO apud CARA, 2016)

Na mesma notícia vemos relatos de outros alunos dos quais também demonstram a indignação não com a reforma, mas com a maneira como ela se impôs aos envolvidos. O aluno Francisco Franco denuncia em entrevista

A gente está vendo aí o governo cortar verbas das universidades federais e de programas que ajudam os estudantes de periferia a entrarem na universidade, como o Prouni. Aí, se você dificulta o acesso à universidade e coloca no ensino médio o ensino técnico, que é pra dizer que o aluno vai sair de lá com uma profissão, você está praticamente escolhendo quem vai continuar estudando na universidade. (...) Nós vamos ter muita mão de obra barata, com muita gente tendo diploma de ensino técnico, e isso só serve pra beneficiar as empresas. (...) A gente tem críticas ao ensino atual, mas colocar o ensino técnico como solução é estimular o conhecimento massificado, que não serve nem pra formar uma opinião crítica do aluno sobre o mundo do conhecimento (SAMPAIO apud FRANCO, 2016)

As reclamações não ficam somente a cargo de alunos e professores, também temos declarações de especialistas e pais de estudantes, estes relatam preocupação quanto ao ensino profissionalizante. O pedagogo Alexandre Varela na entrevista diz

Sou de uma geração que teve ensino profissionalizante e tenho muitos amigos que tiveram que fazer o terceiro ano pela segunda vez porque não conseguiam entrar na universidade. Eles estavam preparados pra uma determinada demanda de mercado, mas não pra isso. (SAMPAIO apud VARELA, 2016)

Não nos faltam argumentos para empreender que o jovem cada vez mais se vê na necessidade de adentrar as discussões sobre educação, tendo em vista os dados apresentados pelo Todos Pela Educação em conjunto com as diversas notícias aqui apresentadas, demonstraram que, levar o jovem a sério é necessário, e precisa ser feito urgentemente. Entretanto a terceira parte desse artigo procura demonstrar, a partir das justificativas da MP 746, o não envolvimento do jovem durante a formulação da reforma, fez com que os principais dados aos quais foram demonstrados até então, fossem reforçados pelo Ministério da Educação e até mesmo no site do senado, onde em votação pública 73.564 pessoas votaram contrários à reforma da forma como ela foi apresentada e apenas 4.551 votaram a favor da reforma (Brasil, 2016b), ou seja, mesmo com a votação contrária a reforma, ela ainda tramitou para votação.

Faz se necessário então, demonstrar essa ambiguidade tão clara para chegarmos ao problema final do trabalho, uma discussão de para quem serve o Ensino Médio, é para os jovens que desejam diversos conteúdo ou formas de se ensinar diferentes das propostas - mas estes não estão sendo ouvidos -, ou o Ensino Médio serve para as empresas ou os adultos, estes já passaram da fase do vir a ser e, portanto, sabem – ou acreditam – que compreendem o que é melhor para os jovens?

Dados apresentados em contraponto com as justificativas da Reforma:

A medida provisória proposta em 2016 visava melhorar o ensino médio no Brasil vide as justificativas apresentadas pelo ministro Mendonça Filho, todavia, faz se necessário apresentar alguns aspectos das justificativas dos quais confirmam a

não ouvidoria dos dados apresentados até então no presente trabalho.

São exatamente 25 parágrafos demonstrando as justificativas para se publicar a medida 746, dentre esses parágrafos, 13 são relativos a dados publicados por pesquisas do CEBRAP, SAEB, IDEB e FVC. Dados alarmantes sobre a educação atual, no qual demonstram um elevado número de jovens fora da escola. De acordo com a justificativa, 58% dos jovens entre 15 e 17 anos estão em idades certas, isto é, somente 58% estão com a idade e o período correto nas escolas (Brasil, 2016b). Também demonstram o índice do IDEB, do qual estagnou-se em 3,7 desde 2011. Outro dado também apresentado foi o de jovens pertencentes a classe baixa, estes não veem sentido no que é ensinado nas escolas. Segundo o ministro, isso é devido as 13 disciplinas na grade curricular do ensino médio atualmente. Segundo Mendonça Filho

Isso é reflexo de um modelo prejudicial que não favorece a aprendizagem e induz os estudantes a não desenvolverem suas habilidades e competências, pois são forçados a cursar, no mínimo, treze disciplinas obrigatórias que não são alinhadas ao mundo do trabalho, situação esta que, aliada a diversas outras medidas, esta proposta visa corrigir, sendo notória, portanto, a relevância da alteração legislativa. (BRASIL, 2016b, p. 9)

De acordo com Mendonça Filho o ensino médio está em colapso pois, as diversas disciplinas das quais os estudantes devem estudar, nenhuma se alinha ao mundo do trabalho que causaria assim um não desenvolvimento das habilidades laborativas nos jovens. Entretanto, o ministro parece entender o mundo do trabalho como o mais importante para os jovens se tornarem adultos conscientes. Esquece a Lei de Diretrizes e Bases na qual esclarece como também sendo importante no ensino médio o desenvolvimento do jovem como cidadão (Brasil, 1996). A pesquisa do Todos Pela Educação demonstrou que a maioria dos jovens hoje veem mais sentido na escola para adentrar a universidade ao invés do mundo do trabalho após se formar. Portanto, cultivar o Deus do trabalho (Krisis, 2003) não justifica a imposição da medida, mesmo ela sendo como sinônimo de melhorias no ensino. Se é uma modificação para os jovens, porque então não levar a sério a pesquisa da qual procurou ouvir os jovens do Brasil? Porque não levar um ensino tecnológico, como aulas de informática, para as escolas? Essa era a maior preocupação entre os aspectos negativos dos quais os jovens enxergam no ensino médio. Porque não regular artigos e parágrafos

dos quais versem sobre acessibilidade. A segurança nas escolas também é um aspecto cujo os jovens chamaram muita atenção, porque então não fazer uma justificativa sobre melhorar a segurança, já que esse é um aspecto interferente no ensino do jovem? Haja a vista que alunos em ambientes não seguros tendem a ter um desempenho mais baixo comparado a alunos em ambientes seguros.

O presente artigo não pretende somente a críticas a reforma, pelo contrário, a mesma possui aspectos relevantes aos quais podem sim melhorar o ensino, como explicitado no parágrafo 21

Neste sentido, a presente medida provisória propõe como principal determinação a flexibilização do ensino médio, por meio da oferta de diferentes itinerários formativos, inclusive a oportunidade de o jovem optar por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino regular. (BRASIL, 2016b, p. 10)

Como analisado pela pesquisa do Todos pela educação, muitos estudantes fariam a escolha de um curso técnico caso o mesmo fosse apresentado em sua grade escolar, muitos até já fizeram essa escolha, porém, não continuaram por aspectos de renda como também localização desses tipos de escolas, dificultando a mobilidade de alunos de classes mais baixas (Cruz, 2017b). Além do fator desconhecimento desse tipo de ensino, no qual muitos jovens não conhecem sobre, como por exemplo o fato de existir escolas técnicas públicas, acreditando serem sempre escolas pagas. Outros conhecem esse fator, contudo, não fazem o exame de admissão alegando não terem capacidades de fazerem a prova.

Portanto, essa justificativa é entendível a partir dos dados inferidos nesse artigo. Há de se saber, porém, como serão essas escolas, elas irão ser acessíveis a todos os jovens? Como produzir uma escola técnica em escolas das quais não têm estrutura para isso? Cidades que tenham uma escola estadual com ensino médio terão obrigatoriamente a área de formação técnica e profissional? Pois de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 36 da medida provisória, os currículos escolares poderão ter mais de uma área elencada, porém não à obrigatoriedade de nenhuma, a escola irá escolher qual área ela deseja, isso dará garantias a esses alunos desejosos pelos cursos técnicos, mas, contudo, moram em cidades longínquas de polos de ensino técnico? São esses questionamentos que poderiam ter sido melhores analisados caso houvessem uma melhor comunicação com os agentes dos quais estão no âmbito escolar.

A adoração do Deus trabalho feita pelo ministro nas justificativas não esclarece os questionamentos que Francisco Franco fez à Cristiane Sampaio, como ficarão as políticas de acesso às universidades? Como ele mesmo elencou, uma formação estritamente técnica cria nada mais do que jovens aptos ao mercado de trabalho industrial (Sampaio, 2017), não a trabalhos como engenharia, medicina, professores, pois esses ensinamentos estão no âmbito das universidades, e somente em um momento o ministro elenca sobre este cenário, quando ele afirma que as disciplinas concluídas no ensino médio poderão servir de dispensa em universidades, mas elas terão a carga mínima exigida pela instituição (Brasil, 2016b)? Qual a garantia de que essas disciplinas aprendidas no ensino médio tenham o mesmo conteúdo que uma disciplina na universidade?

Porque não ouve um debate com os jovens e os educadores sobre esses aspectos, como demonstrou Ana Júlia? Não aparece nas justificativas a voz do jovem, somente a voz estatística com seus números alarmantes dos quais causam alvoroço, porém que nada dizem sobre os aspectos gerais da juventude. O movimento de ocupação não ocorreu por acaso, muito pelo contrário, ele é fruto dessa exclusão da voz do jovem cujo o governo silenciou ao impor uma medida como essa. E não é difícil encontrar matérias sobre o que foi apresentado aqui, desde especialistas importantes nas universidades como Paulo Carrano (2017), assim também quanto as notícias aqui elencadas, todas elas demonstram como a reforma não foi feita para o jovem, mas sim para os adultos que já passaram por isso e sabem – ou pelo menos acreditam saber – o que é melhor para aqueles que ainda vão ser adultos.

Conclusão:

Mesmo após mais de 15 anos, a música da banda Charlie Brown Jr. (2003) impera com sua realidade, o jovem no Brasil não é levado a sério. Mesmo com reportagens, pesquisas e censos auferidos a essa classe, Dayrell e Carrano (2014) demonstram o jovem carregando estigma do “vir a ser” um adulto, isto é, uma fase prematura onde ele aprenderá a sobreviver no meio adulto após passar por essa etapa. A forma como a reforma se impôs sobre essa classe apenas mostra a confirmação.

Jovens como Ana Júlia e Francisco Franco acabam sendo menosprezados pelas vozes superiores o que acarreta em imposições que poderiam ser melhores atendidas, fica claro nas reportagens e na pesquisa os jovens desejam sim uma

reforma no ensino médio, compreendem que há muito o que se melhorar e principalmente, eles estão dispostos as essas mudanças, contudo, não é cabível uma reforma onde o ministro da justiça não esclarece em suas justificativas os aspectos de mudanças elencados pelos jovens, seguindo apenas dados numéricos para uma mudança a qual, se feita de uma forma equivocada, poderá prejudicar diversos alunos nos próximos anos.

Infelizmente até a data de publicação desse trabalho a medida provisória já se tornou lei (Lei nº 13.415), ou seja, as mudanças propostas pelo governo já imperam com força de lei e as escolas terão de se adequar as novas mudanças. Não faz sentido tecer comentários sobre a eficiência ou não desse projeto, apenas deve-se esperar o relativo tempo para introduzir comentários acerca da melhoria ou não dos números educacionais, todavia, pode-se entender uma melhor forma de inferir uma proposta como essa seria com uma maior abrangência dos jovens, pois são para eles a escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AQUINO, Yara. **Alunos do DF Ocupam Escolas Para Serem Ouvidos Sobre Mudanças na Educação**. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/alunos-do-df-ocupam-escolas-para-serem-ouvidos-sobre-mudancas-na-educacao>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A Escola Conservadora**: As desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. Cap. 2, p. 41-64.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2016a.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746**, de 22 de agosto de 2016b. Brasília

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília.

CARRANO, Paulo. **Um “Novo” Ensino Médio é Imposto Aos Jovens no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/um-novo-ensino-medio-e-imposto-aos-jovens-no-brasil>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

Para quem é a reforma do Ensino Médio, pp. 118 - 131

CHARLIE Brown Jr. Música: **Não é Sério**. 2003. Son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=n9i2Y-aJyg0>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

CRUZ, Priscila. **O jovem no Brasil é levado a sério?** 2016. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/colunas/priscila-cruz/2016/08/10/o-jovem-no-brasil-e-levado-a-serio.htm>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

CRUZ, Priscila. **O que pensam e o que querem os jovens - da escola e do (nosso) futuro**. 2017a. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/colunas/priscila-cruz/2017/05/10/o-que-pensam-e-o-que-querem-os-jovens---da-escola-e-do-nosso-futuro.htm>>. Acesso em: 24 maio 2017.

CRUZ, Priscila. **Repensar o Ensino Médio**. A: Multifocos, 2017b. 80 slides, color. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/apresent_pesquisa_juventude.pdf>. Acesso em: 24 maio 2017.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino médio: Quem é Este Aluno Que Chega à Escola. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e Ensino médio: sujeitos e Currículos em Diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Cap. 4. p. 101-133.

FERREIRA, Paula. **Pesquisa Revela Que Para 85,2% Dos Jovens Segurança é Atributo Mais Importante Na Escola**. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/pesquisa-revela-que-para-852-dos-jovens-seguranca-atributo-mais-importante-na-escola-1-21281872>>. Acesso em: 01 ago. 2017

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2016**: Notas Estatísticas. Brasília: Inep, 2016.

KRISIS, Grupo. **Manifesto Contra o Trabalho**. Lisboa: Antígona, 2003. Tradução de: José Paulo Vaz. Disponível em: <<http://www.krisis.org/1999/manifesto-contra-o-trabalho/>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

MENEGHETTI, Patrícia. **A Trajetória do Ensino no Brasil**: Ensino Secundário e o Exame de Admissão. Florianópolis, 2012. 16 p.

ROSSI, Marina. **Ana Júlia e o Emotivo discurso Que Explica os Protestos Nas Escolas Ocupadas:** Estudante pede em discurso para que alunos sejam ouvidos sobre reformas na Educação. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/27/politica/1477567372_486778.html>. Acesso em: 23 jun. 2017.

SALDAÑA, Paulo. **Documentário investiga a realidade do ensino médio em escolas públicas.** 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/05/1886_143-documentario-investiga-a-juventude-e-ensino-medio-de-escolas-publicas.shtml>. Acesso em: 24 maio 2017.

SAMPAIO, Cristiane. **“Essa reforma é uma imposição”, diz estudante sobre reformulação do ensino médio:** Governo Temer propõe jornada integral e direcionamento da educação de segundo grau. 2016. Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2016/09/21/essa-reforma-e-uma-imposicao-diz-estudante-sobre-reformulacao-do-ensino-medio/>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

TEMPO, O. **Estudantes Querem Ser Ouvidos Sobre Reforma do Ensino Médio:** Alunos da rede pública e particular têm dúvidas sobre mudanças e reclamam da falta de diálogo. 2016. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/brasil/estudantes-querem-ser-ouvidos-sobre-reforma-do-ensino-medio-1.1376468>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

TOKARNIA, Mariana. **Professores e Sindicatos Criticam MP do Ensino Médio em Audiência Pública.** 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mp-do-ensino-medio-sofre-resistencia-na-primeira-audiencia-publica-na>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

UNIBANCO, Instituto. **Quem São os Jovens Fora da Escola.** 2016. Disponível em: <<http://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/5/>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

VALLE, Leonardo. **Estudantes do Ensino Médio Precisam Ser Ouvidos, Afirma Especialista:** Empesquisa alunos reivindicam pontos básicos como infraestrutura e professores motivados. 2017. Disponível em: <<http://www.neteducacao.com.br/noticias/home/estudantes-do-ensino-medio-precisam-ser-ouvidos-afirma-especialista>>. Acesso em: 23 jun. 2017.